



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS DE BAURU

Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Luciana Marolla Garcia

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS EM CONTEXTOS
INCLUSIVOS**

Bauru – 2020

Luciana Marolla Garcia

**RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS EM CONTEXTOS
INCLUSIVOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, para defesa como parte dos requisitos à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Área de concentração: Desenvolvimento e Aprendizagem. Sob orientação da Profa. Dra. Vera Lucia Messias Fialho Capellini.

Bauru – 2020

Garcia, Luciana Marolla.

Relação Família e Escola: desafios em contexto
inclusivo / Luciana Marolla Garcia, 2020
56 f. : il.

Orientadora: Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2020

1.Relação Família e Escola 2. Educação Inclusiva.
3. Professores. 4. Deficiência Intelectual. I.
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências.
II. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LUCIANA MAROLLA GARCIA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU

Aos 03 dias do mês de fevereiro do ano de 2020, às 14:00 horas no(a) Anfiteatro da Pós-graduação da Faculdade de Ciências (Unesp/Câmpus de Bauru), reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI - Orientador(a) do(a) Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica / Universidade Estadual Paulista, Profa. Dra. FABIANA CIA do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Profa. Dra. VERÔNICA LIMA DOS REIS do(a) Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem / Faculdade de Ciências de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de LUCIANA MAROLLA GARCIA, intitulada "Relação Família e escola: desafios em contextos inclusivos".

Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. VERA LUCIA MESSIAS FIALHO CAPELLINI

Profa. Dra. FABIANA CIA

Profa. Dra. VERÔNICA LIMA DOS REIS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fabiana Cia

Profa. Dra. Verônica Lima dos Reis

Profa. Dra. Vera Lucia Messias Fialho Capellini

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Messias Fialho Capellini por ter acreditado em mim e ter me proporcionado essa oportunidade de conhecimento e crescimento perante ao meio acadêmico.

Agradeço ao grupo de pesquisa “A inclusão da pessoa com deficiência, TGD, superdotação e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento”, por suas inúmeras contribuições, apoio, coleguismo e troca de experiências.

Agradeço a Profa. Dra. Fabiana Cia e a Profa. Dra. Verônica Lima dos Reis pelas valiosas contribuições para essa pesquisa.

Agradeço a todos os participantes que contribuíram inestimavelmente para o desenvolvimento acerca da temática da educação inclusiva.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

RESUMO

O contato entre família e escola é de suma importância para a inclusão escolar dos alunos. A participação da família no processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual, por toda sua complexidade, é fundamental. Sendo assim, para atender a temática da relação família e escola, foram realizados dois estudos. No primeiro estudo os objetivos foram: identificar qual a concepção da relação família e escola de professores que atuam na área da Deficiência Intelectual e verificar qual o papel da família no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. A metodologia adotada foi de análise textual (com auxílio do *software* IRAMUTEQ) avaliando atividades disponíveis no banco de dados realizadas durante um curso de formação continuada. A análise resultou que na opinião dos professores o contato entre família e escola resume-se muitas vezes em reuniões de pais, deixando um campo em aberto para atuação e intervenção dos psicólogos escolares. No segundo estudo, foi desenvolvido e enviado um questionário (*online*) em forma de convite para estes mesmos professores, já concluintes do curso, para que pudessem responder, com objetivo de avaliar a suas opiniões sobre a relação família e escola após o término do curso. Como resultado, por meio das respostas do questionário, pôde-se inferir que compreenderam a importância dessa relação, e que tanto o relacionamento com os pais dos alunos, quanto as questões relativas as inclusões são de responsabilidade de todos.

Palavras-chave: Psicologia. Contexto Inclusivo. Família e escola. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

The contact between family and school is of paramount importance for students' school inclusion. Family participation in the schooling process of students with intellectual disabilities, for all its complexity, is essential. Therefore, in order to meet the theme of the family and school relationship, two studies were carried out. In the first study, the objectives were: to identify the concept of the family and school relationship of teachers working in the area of Intellectual Disability and to verify the role of the family in the teaching and learning process of students with intellectual disabilities. The adopted methodology was of textual analysis (with the aid of the software IRAMUTEQ) evaluating activities available in the database carried out during a continuous training course. The analysis resulted that, in the opinion of teachers, the contact between family and school is often summed up in parent meetings, leaving an open field for school psychologists to act and intervene. In the second study, a questionnaire (online) was developed and sent as an invitation to these same teachers, already graduating from the course, so that they could answer, in order to assess their opinions about the family and school relationship after the course ended. As a result, through the responses to the questionnaire, it was possible to infer that they understood the importance of this relationship, and that both the relationship with the parents of the students, as well as the issues related to inclusions are everyone's responsibility.

Keywords: Psychology. Special education. School and family. Intellectual disability

LISTA DE TABELAS

ESTUDO 1

Tabela 1.....	17
---------------	----

ESTUDO 2

Tabela 1.....	36
Tabela 2.....	37
Tabela 3.....	37
Tabela 4.....	38
Tabela 5.....	39
Tabela 6.....	40
Tabela 7.....	42
Tabela 8.....	42
Tabela 9	43

LISTA DE FIGURAS

ESTUDO 1

Figura 1.....	18
Figura 2.....	20
Figura 3.....	21
Figura 4.....	25

ESTUDO 2

Figura 1.....	45
---------------	----

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
-------------------	----

Estudo 1

1. Introdução.....	13
2. Objetivo.....	16
3. Método.....	16
3.1. Participantes.....	17
3.2 Procedimento de Coleta de Dados.....	17
3.3 Procedimento de Análise de Dados.....	18
3.4 Aspectos Éticos.....	19
4. Resultados e Discussão.....	19
5. Considerações Finais.....	28

Estudo 2

1. Introdução.....	30
2. Objetivo.....	33
3. Método.....	33
3.1 Participantes.....	34
3.2 Procedimento de Coleta de Dados.....	34
3.3 Instrumento.....	34
3.4 Aspectos Éticos.....	36
4. Resultados e Discussão.....	36
5. Considerações Finais.....	46

Conclusão.....	47
----------------	----

REFERÊNCIAS.....	48
------------------	----

ANEXO 1.....	53
--------------	----

APRESENTAÇÃO

Ao ingressar no programa de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem na UNESP de Bauru, passei a integrar o grupo de pesquisa “A inclusão da pessoa com deficiência, TGD e superdotação e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento”.

A trajetória acadêmica complementa minha vivência profissional na área da Psicologia, que teve início em 2004, após concluir minha Graduação nesta mesma universidade em 2002. Hoje minha atuação como Psicóloga Clínica, me permite compreender o ser humano como um todo e com infinitas possibilidades de desdobramentos em seu comportamento, o que me motivou a estudar a Psicologia do desenvolvimento humano e em específico a temática da família dentro desse contexto. Participando do grupo de pesquisa acima citado, conheci o projeto Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos público alvo da Educação Especial em escolas públicas da Comarca de Bauru”, e conjuntamente com a orientadora optamos por trabalhar a temática da relação família-escola dentro desse projeto maior que teve como objetivo geral avaliar a qualidade da educação para os estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), considerando os documentos existentes, as práticas desenvolvidas e a formação continuada ofertada.

Considerando o nosso objeto de estudo - **relação família e escola**, e as diferentes fontes de informações – banco de dados e questionário com professores, esta dissertação foi dividida em Estudo 1 e Estudo 2. O primeiro estudo fez uma análise textual de banco de dados de um curso de Práticas Educacionais Inclusivas para Deficiência Intelectual, no que se refere ao módulo de família e escola do curso. O segundo estudo nos traz a visão de professores após ter concluído o mesmo curso.

Contudo muitas vezes devido as dificuldades encontradas na sociedade atual, muitas vezes nem a família nem a escola estão cumprindo com suas atribuições, ou então uma transfere para outra o seu papel, ou muitas vezes nenhuma dessas duas instituições contribuem para o desenvolvimento do filho ou aluno. Existem também conflitos entre essas instituições que interferem na relação com a família.

No contexto inclusivo, mais ainda, há dúvidas sobre como deve ser essa relação, a quem compete cada papel. Essa confusão pode ocorrer devido à falta de informações sobre as deficiências, falta de diagnóstico, falta de aceitação do aluno com deficiência (tanto da escola quanto da família), falta de recursos financeiros e falta de formação de professores para lidar com o contexto da inclusão.

Cientificamente, existe para esta pesquisa, embora não seja o objetivo realizar uma revisão de literatura, mas com certeza muitos trabalhos serão analisados para compor esta dissertação, definindo assim paradigmas de pesquisas futuras nesta temática, contendo a inter-relação entre a família e escola e contexto inclusivo.

Diante disso, faz-se necessária esta pesquisa sobre a visão dos professores diante da relação família e escola, como esta deveria ser, e a se a visão dos mesmos sofre alterações durante e após curso de formação continuada no contexto inclusivo.

ESTUDO 1 – A relação “família e escola” na visão de professores durante curso de formação continuada na área da deficiência intelectual

1.INTRODUÇÃO

O conceito de deficiência esteve atrelado ao modelo médico, com relações de causa e efeito, porém vem sofrendo mudanças. Rodrigues e Leite (2012) ressaltam que além dessa forma, a deficiência também foi medida por meio do desempenho intelectual realizado por meio do teste de Quociente Intelectual (QI), no qual um resultado numérico classificava a pessoa com deficiência intelectual ou não. Contudo ao longo dos anos esse conceito vem mudando.

Quanto ao conceito de deficiência intelectual, Almeida (2012) ressalta que na nona edição do Manual de Definição, Classificação Sistemas de Suporte de 1992, a definição de deficiência intelectual mudou, de modo a afastar o processo de diagnóstico que identificava apenas os *déficits* com base na pontuação de testes de inteligência, sendo que outros elementos como sociais e ambientais passam a ser considerados. E começaram a surgir programas de apoio personalizado aos indivíduos para ajudá-los a alcançar o mais alto nível de funcionamento. A definição de 1992 foi a primeira a considerar a deficiência intelectual como condição que pode ser melhorada com prestação de suporte e não como deficiência estática ao longo da vida. E ainda acrescenta sobre diferentes tipos de deficiência:

Quanto a diferenças entre deficiência mental e deficiência de desenvolvimento, explica que deficiência intelectual constitui um subconjunto dentro do universo maior de deficiência de desenvolvimento, mas muitas vezes as pessoas caem nas duas categorias por razões e graus diferentes. Assim, a deficiência de desenvolvimento é definida como uma deficiência grave e crônica que pode ser cognitiva, física ou ambas. A deficiência aparece antes da idade de 22 anos com possibilidade de permanecer ao longo da vida. Já a deficiência intelectual abrange a parte “cognitiva” da definição, ou seja, aquelas deficiências que estão amplamente relacionadas ao pensamento processual (ALMEIDA, 2012, p. 58).

O termo deficiência intelectual passou pelo seguinte histórico de termos: “mongoloide”, “retardado”, “excepcional”, “especial”, “deficiente mental”, até chegar no termo atual deficiência intelectual. A autora ainda ressalta que nos anos de 1992 e 2002

houveram mudanças significativas no conceito e a diferença é que em 2002 consideram-se fatores comportamentais sensoriais e motores, além de acrescentar um quinto fator que descreve que as limitações do desenvolvimento devem estar relacionadas com o suporte necessário. Em 2002 também se passou a considerar uma preocupação com a saúde mental, papéis sociais e a cultura do indivíduo (ALMEIDA, 2004).

Almeida (2004) pontua que o sistema de diagnóstico, classificação e suporte é fácil de ser utilizado e é composto por três funções:

- 1) Diagnóstico de Retardo Mental (atualmente o termo cunhado é Deficiência Intelectual): Determinação de elegibilidade;
- 2) Classificação e Descrição: identifica pontos fortes e pontos fracos nas cinco dimensões e necessidade de suporte;
- 3) Perfil da necessidade de suporte: identifica os suportes necessários para melhorar o funcionamento.

Segundo Melchiori, Rodrigues e Perez (2012),

Partiremos, então, da questão: se a criança apresenta uma deficiência, isto aumenta ou diminui a necessidade da relação família/escola? Com certeza aumenta. E isso é bom!. A expectativa de ter na sala de aula uma criança com deficiência pode gerar no professor os mais diversos sentimentos: ansiedade, insegurança, medo, mas também motivação pelo desafio que vem pela frente. Em qualquer uma dessas situações, a relação com a família, se aberta, poderá auxiliar no entendimento das competências da criança, facilitando o relacionamento com ela (p. 187).

Sobre a família da pessoa com deficiência, Melchiori, Rodrigues e Perez (2012) relatam que “esta família passa pelas mesmas etapas como qualquer outra, acrescidas das dificuldades inerentes ao nascimento de uma criança que não era a desejada e que necessita de muito mais atenção e assistência”.

Complementando, Buscaglia (2006) pondera que os pais podem começar a competir ou culpar-se pelo amor do filho ou pela deficiência da criança. O autor afirma que poderão culpabilizar o filho pela tensão e estresse familiar, e que às vezes um dos cônjuges abandona a família (PALACIOS, 2004; PANIAGUA, 2003) e o outro poderá tornar-se superprotetor em relação à criança.

Porém, observa-se que mesmo em famílias cujo os membros não têm deficiência alguma, quando há uma doença séria ou prolongada, exigirá dos membros uma adaptação em seus papéis e o aprendizado de novos padrões de comportamento, a fim de se

ajustarem ao novo estilo de vida. Ou seja, a cada nova situação, a família deve se adaptar. A extensão dessa reestruturação será determinada pelo nível de intimidade dos relacionamentos e da profundidade das reações emocionais envolvidas (BUSCAGLIA, 2006).

Neme (2012) afirma que é mediante o convívio escolar que crianças e jovens podem ter importantes experiências significantes e construtivas para sua personalidade, mas é da mesma forma na escola que podem experienciar situações significativas de fracasso e de exclusão social precocemente.

Há também o entendimento que os pais devem ver a escola como uma oportunidade de crescimento educativo de seus filhos público alvo da educação especial (PAEE). Um lugar onde essas crianças estarão em convívio com outras crianças, uma forma de inserção social. Precisam ter consciência de que toda escola deve ser conhecida pelos mesmos e possuir condições de receber estas crianças (SANTOS, 2013).

Sobre reuniões de pais, Rodrigues e Leite (2012) pontuam que poderiam acontecer antes do início das aulas, para a apresentação do planejamento aos pais pelos professores, bem como também reuniões em grupos menores, objetivando parceria entre a escola e a família, e o desenvolvimento pleno das crianças. Outras reuniões periódicas igualmente poderiam ser realizadas para a apresentação dos resultados das avaliações conduzidas, permitindo aos pais acompanharem o trabalho realizado junto a seus filhos, visto que pode ser papel do professor despertar nos pais a corresponsabilidade na educação e desenvolvimento da criança.

Santos e Toniosso (2014) destacam o papel que os pais ou responsáveis devem ter na vida de seus filhos, estando atentos aos cuidados e necessidades que cada criança possui em seu desenvolvimento. Entretanto, é importante ressaltar os segmentos sociais que se encontram a disposição dos pais, como a instituição escolar, para educação formal e demais meios de se incluir e desenvolver sua cidadania para seu desenvolvimento integral. Também justificam em seu estudo que escola e família devem estabelecer relações de colaboração, em que a família possa agir como potencializadora do trabalho realizado pela escola, de forma a incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo cabe a escola realizar uma prática pedagógica que favoreça sua formação e que valorize a participação ativa dos pais no processo educativo, contribuindo assim, para a construção de uma sociedade transformada e pluralista.

Por outro lado, pesquisas atuais como a de Hollerweger e Catarina (2014) têm demonstrado que pais e professores possuem pouca convivência, por exemplo, os pais

ainda não se conscientizaram da importância do apoio deles junto escola, e também há escolas que não incentivam essa parceria. Enquanto Borges, Gualda e Cia (2011) descrevem que para aproximar pais da escola, o fundamental é o diálogo e a troca de informações entre pais e professores.

Estudos de Marins e Cia (2019), apontam que as famílias que tinham filhos com deficiências e com dificuldades escolares buscavam mais a direção da escola para tratar da aprendizagem dos mesmos, fato pouco observado entre as famílias de crianças com desenvolvimento típico. Isso pode indicar que a escola era mais exigente com esses pais/responsáveis ou, ainda, que eles próprios eram mais exigentes e acabavam buscando mais a escola.

No ensino de crianças com deficiências é importante ressaltar que a criança pode apresentar avanços lentos, mas não se pode aceitar que chegou ao seu ponto máximo por causa do aprendizado mais lento. O fato de apresentar atrasos, quando comparada aos seus colegas sem deficiência, não significa que deixará de ter avanços (MELCHIORI; RODRIGUES; PEREZ, 2012).

O Curso Práticas Educacionais Inclusivas na área da Deficiência Intelectual (PEIDI), que foi objeto de pesquisa deste estudo, foi desenvolvido inicialmente por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores do Ministério da Educação numa parceria da UNESP com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e teve como objetivo geral a formação continuada de professores, por meio de Ensino da Distância (EAD), na área da deficiência intelectual, com enfoque nas práticas educativas inclusivas. Trata-se de um curso de aperfeiçoamento com duração de 180 horas, dividido em 5 módulos. Nos anos de 2015 e 2016 (bem como nas edições anteriores), o curso foi voltado somente para profissionais de rede pública de ensino. No ano de 2017, o curso foi ofertado pela UNESP, com parceira com Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) e aberto a diversos profissionais das áreas correlatas a educação.

O PEIDI foi dividido nos seguintes módulos: 1) A Educação a Distância como Possibilidade de Formação Continuada; 2) Fundamentos da Educação Inclusiva (dividido em 5 subtemas: Relação Família e Escola, Marcos Históricos e Legais da Educação Inclusiva, Diversidade: Igualdade e Identidade na Escola, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano e Ética Profissional.); 3) A Escola Inclusiva e seu Projeto Pedagógico; 4) Avaliação e Planejamento de Práticas Inclusivas; e 5) Estratégias Metodológicas e Recursos de Acessibilidade ao Currículo na Classe Comum.

Dentro do subtema Relação Família e Escola, os participantes leram um texto base e dois textos complementares, para depois realizar uma atividade sobre o conteúdo em questão. Sendo assim esse subtema do módulo 2 e sua atividade tornaram-se objeto de estudo para esta dissertação.

2. OBJETIVOS

- ✓ Identificar qual a concepção da relação família e escola de professores que atuam na área da Deficiência Intelectual.
- ✓ Verificar qual o papel da família no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual na visão de professores.

3. MÉTODO

Contemplou-se aqui uma pesquisa qualitativa/quantitativa de análise textual, com caráter exploratório do conteúdo de uma atividade selecionada do banco de dados do curso virtual PEIDI, do módulo que teve como tema: Família e Escola. Esta atividade foi selecionada por conter a temática que desejávamos avaliar.

Sobre banco de dados, Dudzaik (2018) cita que cada vez mais as instituições de pesquisa estão solicitando aos pesquisadores que dados que sustentam publicações científicas, sejam adequadamente organizados, armazenados e disponibilizados. Acrescenta que gerenciar os dados de pesquisa é responsabilidade dos pesquisadores e das instituições, esperando-se que estes compartilhem dados, amostras, coleções físicas e outros materiais de apoio criados ou reunidos no decurso do trabalho de pesquisa.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) também ressaltam a importância da pesquisa com uso de documentos, uma vez esse tipo de pesquisa possibilita a compreensão histórica e sociocultural das informações, constituindo-se em um rico conjunto de dados. Outra vantagem da pesquisa documental é que os registros permanecem os mesmos por longos períodos de tempo (GODOY, 1995).

Buscou-se, nesse momento, a compreensão da dinâmica estabelecida na interação dos professores com os conhecimentos trabalhados no contexto de aprendizagem promovido pelo curso. Para tanto, as respostas às atividades realizadas pelos professores

durante essa formação foram transcritas e submetidas a procedimentos de análises, contando com o auxílio do *Software Interface de R pour lês Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ) - versão 0.7 Apha 2.

A escolha pelo uso de uma atividade já realizada pelos professores é vantajosa por ter se desenvolvido no próprio contexto que se pretende compreender (ANJOS, 2018).

3.1 Participantes

Foi utilizado do banco de dados, todos os participantes dos cursos PEIDI, nos anos de 2015, 2016 e 2017, que responderam as atividades em questão. No ano de 2017, o curso contou com duas turmas, uma turma em 2016, e uma turma em 2015, totalizando 180 cursistas. Contudo ao acessar a atividade escolhida, encontramos apenas 147 respostas para a mesma. Essa diferença numérica pode ser explicada porque houveram professores desistentes do curso, ou porque alguns destes professores não concluíram esta tarefa específica. Então pudemos contar com 147 respostas em banco de dados.

3.2 Procedimento de coleta de dados

O banco de dados com as atividades propostas e desenvolvidas pelos participantes foi fornecido pela coordenação do curso, por meio do acesso a plataforma AVA Moodle da UNESP¹. Dentro da plataforma foi gerado um arquivo com as respostas de todos participantes das turmas selecionadas para a atividade escolhida do módulo 2 do curso que abordou a temática da família e escola. Abaixo pode-se ver de qual pergunta foram obtidas as respostas dos cursistas.

Tabela 1 – Atividade Família Escola (Exemplo)

Estratégias para contatos posteriores entre pais e escola	Como fazemos hoje	O que poderia ser feito para melhorar?
Quais assuntos são tratados com os pais ou responsáveis nas reuniões?		

Fonte: AVA Moodle UNESP.

¹ Link:

<https://moodle.unesp.br/ava/>

3.3 Procedimento de Análise de dados

O *software* IRAMUTEQ permite diferentes processamentos e análises estatísticas de textos produzidos. Dentre as vantagens está a de ser gratuito na lógica de *open source* – código aberto. É ancorado no *software* R e na linguagem de programação *python*. Em 2009, Pierre Ratinaud desenvolveu-o na língua francesa, mas atualmente possui dicionários completos em outras línguas. No Brasil, seu uso se iniciou a partir de 2013 e as áreas da saúde e humanas tem se apropriado dessa ferramenta (KAMI; LAROCCA; CHAVES; LOWEN; SOUZA; GOTO, 2016).

Para realização da análise pelo *software* foi necessária a preparação do *Corpus*, que é uma construção do pesquisador, elaborada a partir do conjunto de textos. Por exemplo, cada resposta de cada cursista a uma pergunta, forma um *Corpus*. Para continuidade das análises o *software* exigiu um tipo de formatação específica para o *Corpus*. Ou seja, o texto original dos cursistas foi transformado em uma linguagem que poderia ser compreendida pelo IRAMUTEQ, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1 – Linguagem de Programação compreendida pelo IRAMUTEQ.

```
**** *s_001 *sex_01 *turma_015
```

Acredito que seria de muito valia os professores terem prioridade, às palestras e as notas. Acredito que as palestras deveriam ser em outros momentos e mais periódicos como forma de orientação aos pais.

```
**** *s_002 *sex_01 *turma_015
```

Ainda temos muitas famílias resistentes, seria importante um trabalho de orientação com outros profissionais durante todo o ano letivo.

```
**** *s_003 *sex_01 *turma_015
```

Conscientização dos pais sobre a importância desses encontros e da parceria firmada

```
**** *s_004 *sex_01 *turma_015
```

Poderiam ser discutidas formas de melhorar as estratégias de abordagem dos alunos, se utilizando a experiência dos pais

Depois de realizada esta formatação, o texto foi então submetido e processado pelo *software*, quando se obteve sua análise estatística em forma de Nuvem de Palavras e de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

Nuvem de Palavras

É um tipo de análise que em função da frequência de palavras gera uma representação gráfica na qual as palavras que aparecem mais vezes são apresentadas em tamanho maior. As palavras são aglomeradas de modo a formar uma imagem circular (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A CHD é uma das análises mais importantes do IRAMUTEQ, é uma análise lexográfica, na qual os segmentos de texto e seus vocabulários são correlacionados formando um esquema hierárquico de classes de vocabulário, a partir da qual os pesquisadores podem inferir o conteúdo do texto, formar classes e compreender os grupos de discursos.

A aplicação da CHD gera um dendograma, que é uma representação gráfica que ilustra a relação entre as classes, evidenciando as partições que o *Corpus* passa até que consiga estabelecer as classes estáveis finais, com os respectivos tamanhos que ocupam em cada *Corpus*. No dendograma é possível identificar a relação das palavras mais significativas que constituem cada classe obtida pela análise (CAMARGO; JUSTO, 2013).

3.4 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, sob o parecer n. 2.810.253. CAAE: 94080418.3.0000.5398.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO



Fonte: Iramuteq.

A nuvem de palavras foi exemplificada por meio dos discursos dos participantes e obteve-se que as palavras mais evocadas foram: aluno, pai, reunião, escola, filho, assunto, escola, criança, dever, mais, família, professor, desenvolvimento e professor, mostrando que essas palavras foram as mais relevantes na temática de como deveria ser a relação entre família e escola.

De acordo com a Figura 2 infere-se a importância das palavras “aluno” e “pai” que se destacam nessa temática sobre o que poderia ser feito para melhorar os assuntos tratados nas reuniões com os pais no contexto da educação especial.

Podemos destacar alguns trechos, em que as palavras, pai e aluno aparecem conjuntamente, lembrando que o *software* IRAMUTEQ une as palavras que tem a mesma raiz, exemplo, alunos e aluno, pais e pai, contabilizando apenas a quantidade de raiz das palavras e não suas variáveis.

Compartilhar com os pais as estratégias pensadas e desenvolvidas pela escola com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos e sua inclusão em todos os ambientes escolares. (sujeito 085, sexo feminino, turma 2017)

Avanços e progressos, dificuldades do aluno, e participação dos pais nas decisões a serem tomadas. (sujeito 090, sexo feminino, turma 2017).

Conversarmos sobre o desenvolvimento geral do grupo e em particular com os pais de alunos que está [sic] com dificuldades. (sujeito 113, sexo feminino, turma 2017)

Outra palavra que se destaca na Nuvem de Palavras é a palavra “reunião”, que é a forma com que a família e a escola se relacionam é por meio da reunião de pais. E nesses discursos sobre reunião, destacamos alguns:

Uma primeira reunião poderia acontecer, antes do início das aulas, para a apresentação do planejamento aos pais pelos professores, esclarecendo que pode e deve sofrer mudanças, tendo em vista as necessidades dos alunos, as quais serão identificadas no decorrer do primeiro mês de aula. Uma segunda reunião poderia acontecer em grupos menores, em função das dificuldades encontradas em algumas crianças, como por exemplo, a constatação de que três, entre elas, têm dificuldade em tomar o lanche sozinha. Nesse encontro poderia ser estabelecida uma parceria entre a escola e a família, tendo como objetivo o desenvolvimento pleno das crianças. Outras reuniões periódicas seriam realizadas para a apresentação dos resultados das avaliações conduzidas, permitindo aos pais acompanharem o trabalho realizado junto a seus filhos. (sujeito 006, sexo feminino, turma 2015).

As reuniões são importantes para se conhecer melhor o aluno e a família, bem como, identificar potencialidades e necessidades dos alunos. Estabelecer estratégias para propiciar o envolvimento efetivo da família. Criar instrumento de diagnóstico da situação familiar e métodos de avaliação do trabalho realizado. (sujeito 012, sexo feminino, turma 2015).

Primeiro passo todas as series terem reuniões com os professores e abordar mais comportamento do que nota. Mesmo que possua um comportamento de menino ideal devem suspeitar, pois alunos se estão muito quietos também estão com algum problema. (sujeito 019, sexo masculino, turma 2015).

Observamos nos trechos que existem opiniões divergentes sobre as formas como as reuniões são conduzidas, alguns trechos destacam a periodicidade das reuniões e outros destacam os temas que devem ser trabalhados nas reuniões de pais, como o comportamento dos alunos por exemplo, e não somente as notas. Mas, grande parte dos trechos destaca a importância de aproximar mais os pais das escolas:

Aproximação dos pais para conversar e saber como vivem, suas dificuldades ou facilidades no acompanhamento da vida escolar do filho, o que eles pensam e esperam da escola, dos professores, da direção, o que desejam para o futuro do filho. (sujeito 018, sexo feminino, turma 2015).

Conscientização dos pais sobre a importância desses encontros e da parceria firmada. (sujeito 003, sexo feminino, turma 2015).

A reunião de pais é uma grande oportunidade para estreitar a parceria da escola com as famílias [...]. Conhecer a realidade e as necessidades das famílias, envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica; oportunizar a participação dos familiares de forma mais efetiva [...] enfatizar a importância da presença dos pais nas atividades escolares dos filhos, lembrar do papel deles na aprendizagem dos filhos; mostrar que essa participação pode-se dar de modo simples. (sujeito 060, sexo feminino, turma 2016).

Em contraponto com esta pesquisa que descreve apenas opinião de professores que buscam mais formação em sua área de estudo, Fevorini (2009) realizou pesquisa em três escolas com pais, sobre a temática de reuniões de pais, e concluiu que a maioria dos pais considera essas reuniões muito chatas e cansativas, contudo os pais não negam a importância de sua participação nas mesmas. Para a autora, os pais revelaram também que essas reuniões são organizadas apenas uma ou duas vezes por ano, e que em reuniões muito grandes por vezes ficam constrangidos em fazer perguntas. Avaliaram melhor as reuniões em que podem conversar com os professores dos filhos e não somente com a coordenação da escola.

Sobre alunos com deficiência, também houve comentários no discurso dos professores:

Fazer reuniões específicas a cada situação. Desenvolvimento escolar num momento, alunos que dão trabalho em relação a comportamento e relacionamentos em outro momento, etc. Criar estratégias para que estes pais possam sentir segurança para expor aos professores os problemas vividos por eles em casa com seus filhos, e como eles tratam cada problema. Isto com certeza e com um pouco de psicologia facilitará o relacionamento de professor aluno pais. Muitos pais têm receio de expor suas dificuldades em relação a deficiência do filho num grupo maior.

Segundo Christovam e Cia (2016), a literatura aponta evidências empíricas de que uma relação próxima entre a família e a escola pode ser efetiva e sadia para o desenvolvimento da criança, principalmente no caso de crianças com necessidades educacionais especiais. Os mesmos autores, em pesquisa realizada com pais e professores concluíram que, tanto pais, quanto professores tem condições para estabelecer uma boa

relação, contudo os pais não apresentam clareza da importância de suas ações, levando ao baixo aproveitamento de situações promotoras da relação família e escola, indicando a necessidade de investir na promoção do envolvimento efetivo, investindo em planos de ação, orientando ambos (pais e professores) sobre o que e como fazer, para que exista maior aproveitamento dos benefícios da boa relação família e escola.

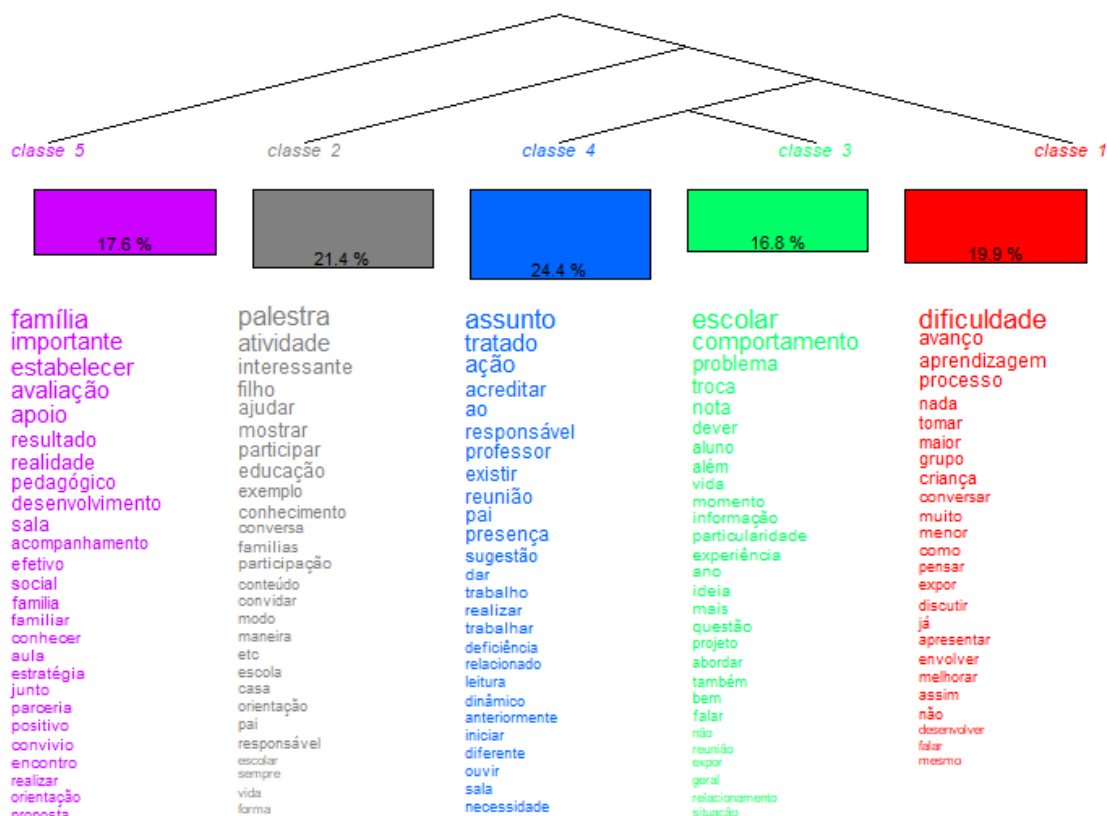
Análise da Classificação Hierárquica Descendente – CHD

A CHD é uma das análises mais importantes do IRAMUTEQ, é uma análise lexográfica, na qual os segmentos de texto e seus vocabulários são correlacionados formando um esquema hierárquico de classes de vocabulário, a partir da qual os pesquisadores podem inferir o conteúdo do texto, formar classes e compreender os grupos de discursos.

A aplicação da CHD gera um dendograma, que é uma representação gráfica que ilustra a relação entre as classes, evidenciando as partições que o *Corpus* passa até que consiga estabelecer as classes estáveis finais, com os respectivos tamanhos que ocupam em cada *Corpus*. No dendograma é possível identificar a relação das palavras mais significativas que constituem cada classe obtida pela análise (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A análise da CHD divide os textos em classes que se interligam e mostra quais são as palavras mais relevantes dentro das classes.

Figura 4 – Dendograma da opinião dos professores sobre a relação família e escola.



Fonte: Iramuteq

Como pode-se observar na Figura 3, o conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes distintas de palavras, e todas as classes foram agregadas (interligadas), contudo, o objetivo do dendograma é mostrar quais palavras mais se destacam dentro das classes.

A classe 4 é que possui maior relevância, pois representa 24,43% dos segmentos de textos. Analisando-se os segmentos de texto dessa classe, observou-se que estes tratam do assunto reuniões, por isso essa classe foi denominada Reuniões de Pais.

Esta classe possui interligação direta com a classe 3, que apresenta 16,8% dos segmentos de texto e foi denominada de Comportamento dos Alunos. É a classe menos significativa em termos do total de segmentos de textos, contudo se for analisada sua interligação com a classe 4, estas duas classes juntas representam 41% do total de segmentos de textos.

Na classe 4, as palavras mais citadas foram: assunto, tratado, ação, acreditar, que podem ser demonstradas por meio dos segmentos abaixo:

Nas reuniões bimestrais, esses assuntos mesmo, lembrando que todos os pais devem se conhecer, interagir, saber que existe uma criança com deficiência na turma, tratando do assunto com normalidade e

transparência, informando como é o dia a dia da turma, considerando a presença dessas crianças. (sujeito 064, sexo feminino, turma 2016)

Acredito que os assuntos tratados nas reuniões são pertinentes, mas falta dar ênfase à discriminação ao deficiente (sic) e as questões raciais e de gênero. (sujeito 086, sexo feminino, turma 2017)

Busco sempre estabelecer uma relação de confiança sem julgamentos para aprofundarmos os dados e procurarmos junto à família, e ao educando, formas mais efetivas de colaborar com o seu desenvolvimento social e pedagógico. Reuniões para premiações no caso de participação em olimpíadas e congressos e elogios de ações cotidianas poderiam ser mais frequentes, pois fazemos somente nos eventos e em encontros informais, dada indisponibilidade dos responsáveis e demandas da escola. (sujeito 132, sexo feminino, turma 2017)

Na classe 3 destacaram-se as palavras: escolar, comportamento, problema e troca, que podemos exemplificar com os trechos:

A reunião bimestral melhoraria o trabalho desenvolvido com o comportamento, as notas e a indisciplina. Pois pais se fariam mais presentes no cotidiano escolar dos filhos. (sujeito 22, sexo feminino, turma 2015)

A escola deve promover além da divulgação das notas e do comportamento dos alunos, um ambiente de crescimento, de trocas de experiências, de valorização do potencial de seus alunos, de suas habilidades, e, portanto, deve mostrar tudo de bom que eles produzem e são capazes [...]. (sujeito 23, sexo feminino, turma 2015).

A classe 5 – Relação Família e Escola - representa 17,6 % dos segmentos de texto e teve como palavras mais evocadas: família, importante, estabelecer e apoio, ficando claro que os professores cursistas ressaltam a importância das famílias nas reuniões, bem como também seu apoio.

Seguem exemplos de segmento de texto, dessa classe:

As reuniões são importantes para se conhecer melhor o aluno e a família, bem como, identificar potencialidades e necessidades dos alunos. Estabelecer estratégias para propiciar o envolvimento efetivo da família. Criar instrumento de diagnóstico da situação familiar e métodos de avaliação do trabalho realizado. (sujeito 012, sexo feminino, turma 2015)

Apresentar aspectos positivos e negativos da escola. Pedir, com exposição dos motivos, maior envolvimento das famílias no apoio à escola e à educação de seus filhos. Tentar acolher os pais, ouvir, saber o que sabem, pensam, esperam da escola, da educação, do desenvolvimento de seus filhos etc. (sujeito 049, sexo masculino, turma 2016)

Logo, na Classe 2, aqui denominada de “Educação dos Filhos”, as palavras mais evocadas foram: palestra, interessante, atividade e filho. Esta classe representa 21,4% do total dos segmentos de textos. Estes segmentos podem ser representados por trechos:

Como foi dito anteriormente, palestras ou encontros seria uma forma interessante de aproximar a família dos conflitos existentes no cotidiano dos filhos. Outra sugestão seria a criação de um conselho com a participação de pais, por exemplo. (sujeito 123, sexo feminino, turma 2017).

O relacionamento com os pais e responsáveis deveriam ser mais produtivos, e isto poderia começar com as reuniões, como por exemplo, deixar um tempo para uma pequena palestra sobre educação de filhos, ou qualquer outro assunto que eles mesmos elencassem como interessante. (sujeito 061, sexo feminino, turma 2016).

Convidar os pais ou responsáveis para participarem ou ajudarem em alguma atividade. Convidá-los para um debate, palestra ou para discutirem sobre aspectos ligados a formação das crianças ou assuntos relacionados à escola ou saúde pública. Despertar nos pais o sentimento de corresponsabilidade. (sujeito 068, sexo feminino, turma 2016)

E temos também a classe 1, que foi denominada de “Dificuldades e Avanços de Aprendizagem”, correspondendo a 19,9% do total de segmentos de textos, que teve as palavras mais destacadas: processo, aprendizagem, avanço, dificuldade, e pode ser representada por tais segmentos:

Relatórios específicos para cada criança dariam uma dimensão mais concreta dos avanços e das particularidades de cada criança tendo em vista suas particularidades. Cada criança precisa ser avaliada com ela mesma tomando-se como parâmetro de referência às expectativas de aprendizagem para aquela série. É muito difícil numa reunião coletiva o professor precisar as particularidades, avanços e dificuldades específicas de cada criança [...]. (sujeito 066, sexo feminino, turma 2016).

Avanços e aquisições do discente, para que a família se sinta mais participante dos processos de aprendizagem. (sujeito 125, sexo feminino, turma 2017).

Como discussão geral deste trabalho, podemos observar que muitas respostas dos participantes se deram em torno da temática de reunião de pais, visto que era essa a pergunta contida na atividade escolhida para análise, e, considerada de suma importância e uma das formas mais usuais de comunicação entre escolas e famílias. As reuniões por si só não contemplam o todo do tema da relação entre família e escola, mas teve destaque neste trabalho. Apesar de serem questionados sobre o que poderia melhorar nas reuniões, os professores cursistas também demonstram o entendimento da importância da relação família como um todo.

Saraiva-Junges e Wagner (2016) realizaram um estudo de revisão sistemática sobre o tema relação família e escola, e consideraram um tópico importante a reunião de pais. Ressaltaram que as reuniões de pais promovidas pelas escolas foram tema recorrente nos artigos analisados e que nesses trabalhos as reuniões de pais não foram percebidas a partir de um olhar positivo e animador por parte das famílias, e muitas apontaram sugestões para possíveis melhorias, o que corrobora com este estudo, já que na opinião dos professores cursistas, as reuniões podem ser melhoradas, e mais atrativas para família, como forma de fortalecer a relação família e escola.

Conclui-se também que a literatura sobre o tema no Brasil até o momento focalizou-se no diagnóstico de dificuldades, desta relação entre família e escola (por exemplo: comunicação, dificuldade de envolvimento com as famílias, aceitação dos diversos tipos de famílias nucleares e ampliadas) constatando-se necessidade de maior número de propostas de intervenção para atividades práticas e não somente teóricas, para estreitar definitivamente as relações entre família e escola (SARAIVA-JUNGES; WAGNER, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve limitadas inferências devido ao dado ser objetivo utilizado via banco de dados e por não ter utilizado entrevistas abertas para maiores questionamentos e esclarecimentos sobre o tema, sendo restrito também a opinião de 147 participantes

divididos em 4 turmas do curso (uma turma em 2015, uma turma em 2016, e duas turmas em 2017) que responderam ao banco de dados em momentos diferentes.

A utilização do software IRAMUTEQ, também pode oferecer uma inferência limitada, visto que apesar possuir amplas funcionalidades, podemos considerar que se os mesmos textos fossem analisados por outro software ou instrumento os resultados encontrados poderiam ser diferentes.

Como perspectiva futura, entende-se como de suma importância mais pesquisas nessa área, devido a complexidade do tema família e escola e que muitas pesquisas realizadas no Brasil enfocam apenas aspectos teóricos, metodológicos e as dificuldades no relacionamento da escola com a família, mas poucos são os trabalhos de intervenção que propõem soluções práticas para a mudança de visão deste paradigma. Além da necessidade de implementação de mais programas de participação de pais na escola que possam ser realizados por profissionais da área da Psicologia Escolar.

ESTUDO 2 – A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA VISÃO DE PROFESSORES APÓS CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

1. INTRODUÇÃO

A literatura sobre a história da Educação Especial (JANUZZI, 2005; MIRANDA, 2004; OMOTE, 1999; SILVA, 2010) e sobre a escolarização de crianças com deficiência é enfática quando trata da expressiva participação das famílias nas conquistas de seus direitos, de suas dificuldades e dores. Historicamente, os avanços nas políticas públicas e a criação de instituições foram conquistas das famílias que, muitas vezes, não encontrando espaços na sociedade que pudessem abrigar, tratar e educar seus filhos, acabaram por criar alternativas isoladas (SERRA, 2010).

Ter ou não ter filhos pode ser uma opção do casal desde o início do relacionamento. As famílias que possuem um filho com necessidades especiais são muito semelhantes. É importante ressaltar também que, normalmente, quando a notícia da deficiência é dada aos pais, a criança é encaminhada para os serviços médicos de genética ou de estimulação precoce, mas os pais não costumam ser encaminhados para lugar algum, a fim de receber atendimento psicológico (SERRA, 2010).

Por família, atualmente, podemos entender uma série de arranjos nas relações entre pessoas ligadas por laços de aliança e afinidade (PEREZ, 2009). Mas há também o entendimento que a família possui funções biológicas (assegurar a sobrevivência dos membros e realizar cuidados), psicológicas (prover afeto para o desenvolvimento emocional), e social (que envolve a transmissão cultural e o preparo para cidadania). Este último papel também será realizado pela escola posteriormente (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

É comum nos dias atuais considerar que a instituição família vem se extinguindo, mas na verdade o que está acontecendo são mudanças nos papéis sociais da família, que resultam em diferentes tipos de educação familiar (PEREZ, 2009).

Família e escola são instituições que conjuntamente tem a responsabilidade de educar. A escola favorece transitoriedade entre as diferenças individuais e as necessidades grupais, oferecendo ao indivíduo oportunidades de comportamentos mais socializadores. Quando se propõe, por exemplo, a inclusão de pessoas com deficiência, deve-se respeitar as características individuais e assim visar à aquisição de comportamentos sociais mais

aceitáveis, e, sobretudo, trazendo os pais para uma visão mais realística, minimizando a fantasia da cura, sempre tão presente (SERRA, 2010).

Segundo Aiello (2003), muitas vezes, a relação entre família e escola pode ser conflituosa. Os pais se queixam da duração e dos horários das reuniões, da falta de transporte e do uso de uma linguagem técnica por parte dos profissionais, o que provoca um sentimento de inferioridade e, conseqüentemente, o afastamento da escola. Os profissionais também apresentam queixas a respeito dos familiares, tais como a apatia ou indiferença pelo desenvolvimento dos filhos, a falta de tempo, a falta de compreensão das necessidades da escola e do sistema escolar, bem como a ausência nas reuniões e o não reconhecimento do trabalho realizado pela escola em benefício de seus filhos.

É preciso que a relação com a família faça parte do planejamento do professor. Não pode ser algo que vai acontecer se houver necessidade. O planejamento do ensino implica conhecer o aluno, sua família, identificar potencialidades e necessidades que podem surgir da sua observação ou dos relatos dos pais (MELCHIORI, RODRIGUES, PEREZ, 2012).

Estudos de Arantes-Brero et al. (2019) concluem que a participação da família na escola, embora prevista por lei, ainda é algo considerado estranho (talvez por ser indefinida como se realiza esta participação). Dados desse estudo apontam que os pais têm uma visão positiva da escola, mas não se sentem participantes dela. Os pais consideram também que os alunos com deficiência são bem aceitos na escola, mas que não há uma gestão participativa na comunidade escolar, desafio este que a escola ainda precisa enfrentar.

No quesito de atuação da equipe escolar, há pesquisa sobre a atuação do psicólogo escolar direcionada para a relação família e escola, contudo tal pesquisa encontra poucos dados sobre a intervenção destes profissionais nessa temática, concluindo que este é um campo de atuação que precisa ser melhor explorado pelos profissionais de psicologia escolar (ALBUQUERQUE; AQUINO, 2018). Contudo existe um estudo de pesquisa e intervenção de Borges (2015), que realizou nove encontros de intervenção com professores e concluiu que após intervenção os assuntos entre pais e professores foram mais positivos e os pais avaliaram melhor a produtividade dos encontros entre pais e professores.

Em termos de legislação, há um estudo comparativo entre Brasil e Portugal que demonstra como a legislação proposta interfere na participação parental na escola. Conclui-se que em Portugal, após a aprovação da legislação sobre a participação da

família na escola, houve um movimento associativo entre família e escola e no Brasil não houve este movimento (mesmo estando previsto por lei) e além deste, outro dado importante encontrado foi de que as famílias no Brasil não sabem como participar da vida escolar dos filhos (OLIVEIRA; NOGUEIRA; ARAÚJO, 2019).

Já estudo de Silva, Cabral e Martins (2016) sobre a relação entre a família dos alunos com deficiência e a escola, encontrou que há atividades de parceria entre a escola e os pais dos alunos com deficiência no que tange ao diálogo, respeito, participação e acompanhamento das atividades escolares.

Sobre a relação família e escola, “ainda hoje se faz necessário avanços nas práticas políticas para que possamos ver essas pessoas se inter-relacionando dentro de comunidades livres de barreiras atitudinais como preconceito, descriminalização e segregação” (MUTA; CAMPOS; MELO, 2016, p. 51). Para os mesmos autores a relação família e escola deve ser um caminho com duas vias em que ambas possam compartilhar suas vivências a fim de proporcionar o desenvolvimento do aluno, de modo que nesta relação a responsabilidade sobre o aprendizado também seja de ambas.

Para Mendes (2006), deve haver uma colaboração entre professores, familiares e demais participantes da equipe escolar, pois somente por meio dessa colaboração é que é possível superar as barreiras do desenvolvimento e da aprendizagem.

Outro estudo que podemos destacar é de Perez (2009), que teve como objetivo compreender a dinâmica entre família e escola de camadas populares e concluiu que os alunos modificam seu desempenho escolar de forma positiva quanto mais intenso for o acompanhamento pela escola e pela família, ou seja, a atuação das duas instituições gera resultados positivos.

Pesquisa feita no Equador com pais de alunos com deficiência, relatam que as principais necessidades dos pais são: receber informações, treinamento e apoio para entender e aceitar os limites da deficiência de seus filhos e a influência desta na aprendizagem e na vida futura, além de ter espaços para interação entre pais, formando redes de apoio e ter apoio para trabalhar o futuro de seus filhos, principalmente esclarecendo dúvidas sobre a inclusão no trabalho (GALLEGOS, 2017).

Nas duas últimas décadas, a modalidade de Educação a Distância (EaD) está presente na educação brasileira, pelas suas potencialidades para a democratização do conhecimento e da formação do cidadão, além de sua estreita relação com as tecnologias e comunicações (MILL; DIAS-TRINDADE; VIEIRA, 2019). Portanto, devido à presença marcante da EAD nos últimos anos e a relação família e escola que apresenta

controvérsias quando comparada em diferentes estudos, justifica-se esta pesquisa como forma de buscar nova compreensão sobre o tema por meio da opinião de professores após formação continuada na modalidade EAD, em que puderam aprender e refletir sobre a temática da relação entre família e escola.

O Curso Práticas Educacionais Inclusivas na área da Deficiência Intelectual (PEIDI), que foi objeto de pesquisa deste estudo, foi desenvolvido inicialmente por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores do Ministério da Educação numa parceria da UNESP com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e teve como objetivo geral a formação continuada de professores, por meio de Ensino a Distância (EAD), na área da deficiência intelectual, com enfoque nas práticas educativas inclusivas. É um curso de aperfeiçoamento com duração de 180 horas e dividido em 5 módulos. Nos anos de 2015 e 2016, bem como nas edições anteriores, o curso foi destinado somente para profissionais da rede pública de ensino. No ano de 2017, o curso foi ofertado pela UNESP, com parceria do Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) e aberto a diversos profissionais das áreas correlatas a educação.

O PEIDI foi dividido nos seguintes módulos: 1) A Educação a Distância como Possibilidade de Formação Continuada; 2) Fundamentos da Educação Inclusiva (dividido em 5 subtemas: Relação Família e Escola, Marcos Históricos e Legais da Educação Inclusiva, Diversidade: Igualdade e Identidade na Escola, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano e Ética Profissional.); 3) A Escola Inclusiva e seu Projeto Pedagógico; 4) Avaliação e Planejamento de Práticas Inclusivas; e 5) Estratégias Metodológicas e Recursos de Acessibilidade ao Currículo na Classe Comum.

2. OBJETIVO

Avaliar a opinião de professores sobre a relação entre família e escola após realização de um curso de formação continuada.

3. MÉTODO

Buscou-se compreender qual a concepção da relação “Família e Escola” adotada pelos professores após a conclusão do curso de formação. Para tanto, foi elaborado um questionário estruturado (com questões objetivas e uma questão aberta) *online*, por meio da aplicativo *Google Forms*, que foi enviado por *e-mail* aos professores que concluíram o curso PEIDI pela plataforma AVA UNESP nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Todos os procedimentos éticos previstos para a pesquisa com seres humanos foram respeitados, o projeto foi enviado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru-SP, e aprovado sob parecer n. 2.810.253, CAAE: 94080418.3.0000.5398.

3.1 Participantes:

O questionário foi enviado para os 180 professores que realizaram o curso PEIDI, em 2017 (duas turmas), em 2016 (uma turma) e em 2015 (uma turma). Cada turma possuía em média de 40 a 50 cursistas. A faixa etária dos participantes variou entre 20 a 50 anos. O critério de inclusão adotado foi a anuência dos professores ao responderem o questionário, um total de 54 respostas.

3.2 Instrumento para a coleta de dados:

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado, contendo 9 questões, que foi submetido a 50 juízes, em sua versão piloto, profissionais e estudantes da área de educação inclusiva, participantes do grupo de pesquisa: “A inclusão da pessoa com deficiência, TGD e ou superdotação e seus contextos de aprendizagem”.

As questões versavam sobre o perfil dos participantes com informações e aspectos relativos aos temas da relação família e escola em contextos inclusivos com base no conteúdo do curso PEIDI.

3.3 Procedimento de coleta de dados:

Os participantes foram convidados via *e-mail* a responder ao questionário (até três tentativas de envio para obter a resposta, sendo enviada um novo *email* a cada semana, durante três semanas seguidas). Os *e-mails* de contato dos participantes foram obtidos a partir dos dados informados à instituição UNESP durante o curso de aperfeiçoamento.

A análise dos dados foi realizada por meio das respostas ao questionário envolvendo situações pertinentes ao tema família e escola. Essa análise pôde ser realizada com base nos gráficos gerados pelo *Google Forms* e para a questão aberta foi utilizado o *software* IRAMUTEQ.

O *software* IRAMUTEQ realiza diferentes tipos de análises estatísticas de textos. É um software francês, gratuito e que se utiliza da lógica de código aberto. Mesmo tendo sido desenvolvido na língua francesa, possui atualizações e dicionários completos em outras línguas, inclusive o português, permitindo assim análise de textos no idioma português. No Brasil, por volta de 2013, pesquisadores da área da saúde e humanas começaram a se utilizar desta tecnologia, tornando-o cada vez mais popular como ferramenta de pesquisa (KAMI; LAROCCA; CHAVES; LOWEN; SOUZA; GOTO, 2016).

Para realização da análise do texto pelo IRAMUTEQ, foi necessário conhecer seu funcionamento, e a linguagem de programação compreendida pelo mesmo, sendo necessário preparar o texto ou os textos na linguagem de programação devida. Por exemplo, o *software* considera que cada resposta de cada participante para cada pergunta, forma um *Corpus* (que é um conjunto de textos). Depois de realizada esta formatação, o texto foi então submetido e processado pelo *software*, quando se obteve sua análise estatística em forma de Nuvem de Palavras.

A Nuvem de Palavras é um tipo de análise que em função da frequência de palavras gera uma representação gráfica na qual as palavras que aparecem mais vezes aparecem em tamanho maior. As palavras são aglomeradas de modo a formar uma imagem circular (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Em face do Curso PEIDI ter sido realizado nos anos de 2015, 2016 e 2017, e a coleta de dados ter sido realizada em 2018, a aplicação do questionário assumiu caráter de *FOLLOW Up* (acompanhamento). São chamados de estudo de seguimento ou *follow-up* porque o investigador segue os sujeitos da amostra por um determinado tempo (ALMEIDA FILHO; ROUQUAYROL, 2006).

Os estudos de *follow-up* também permitem avaliar continuamente a efetividade das estratégias de intervenção em geral, e são muito utilizados em se tratando de casos de

literatura específica cujos processos de longa duração necessitam comprovar resultados, incluindo aqui serviços-escola, que se comprometem com a formação do futuro profissional (RIOS; GOMES, 2011).

3.4 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, sob o parecer n. 2.810.253. CAAE: 94080418.3.0000.5398.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obteve-se 54 respostas do formulário enviado por *e-mail*, o que representa um total de 30% dos convidados a responder. Destes 54 participantes, um deles respondeu que não desejava continuar a participar da pesquisa após ler as orientações e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dessa forma, pôde-se contar com 53 respostas válidas. Os 53 professores apresentavam idades entre 20 e 54 anos, sendo um terço deles (32%) entre 40 a 50 anos.

A formação acadêmica dos participantes variou entre aluno da graduação até doutorado completo, como pode ser observado na Tabela 1, sendo que 5,7% informaram possuir graduação em Pedagogia, 5,7% informaram formação em Psicopedagogia, 3,8 % graduação em Psicologia. Os demais informaram cursos diversos de especialização, mestrado e doutorado. Muitos dos participantes não informaram o nome do curso que realizavam ou que já haviam realizado, apenas informaram o nível da escolaridade e se estava completa ou em curso. Por isso, infere-se que o número de participantes que respondeu possuir curso de Pedagogia Completo, pode não retratar essa categoria, considerando que o número de cursistas desta área pode ser maior.

Tabela 1 – ESCOLARIDADE

Aluno de graduação	1,9%
Graduação completa	20,8%
Especialização completa	39,6%

Especialização em curso	5,7%
Mestrado/Doutorado completo	22,7%
Mestrado/Doutorado em curso	9,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

Concernente ao vínculo empregatício dos participantes, deve-se explicar que no ano de 2017, o curso foi ofertado somente pela UNESP e poderiam participar profissionais de áreas afins da educação e não necessariamente profissionais da rede pública como aconteceu nos anos de 2015 e 2016, quando houve a parceria com a SECADI. Mesmo assim, constatou-se que boa parte dos professores eram da rede pública, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS PROFESSORES CURSISTAS

Professor regular da rede pública	30,2%
Professor em mais de uma escola	18,9%
Outros	19,5%
Especialista em D.I. na rede pública	9,4%
Professora Universitária	7,6%
Professor EBTT 40 hs	3,8%
Não estou trabalhando	3,8%
PROFESSOR AEE	5,9%

Fonte: Elaborada pela Autora.

Relativo às questões sobre o conteúdo do objeto da pesquisa, descrevemos a incidência de respostas para cada questão fechada e por fim uma análise da questão aberta.

Tabela 3 – Opinião dos Professores sobre como deve ocorrer a comunicação na relação família e escola. Obs: os participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

Ocorrer através de diversas reuniões ao longo do ano, todas previamente agendadas	92,5%
Realizar solicitação ou aviso pela agenda ou aplicativo	24,5%
Outros	20,9%

Procurar os pais somente quando houver uma situação imprevista	7,5%
Ocorrer somente quando os pais procuram a escola	3,8%

Fonte: Elaborada pela autora.

Nessa questão sobre comunicação com os pais, destaca-se que a opção mais respondida foi sobre reuniões de pais, ao longo do ano, e previamente agendadas. É interessante notar que citam diversas reuniões, mas que a resposta corrobora com o estudo anterior, em que uma das palavras mais citadas também foi a reunião.

O processo de aprendizado não pode ser totalmente realizado, a menos que todos desempenhem seus papéis adequadamente. A reunião de pais e professores é um dos fatores que cria harmonização, coordenação e sincronização entre pais e professores (JAVED; ENG; MUSHTAQ; HASHIM, 2012). A reunião de pais e professores é um componente importante para a comunicação contínua e o envolvimento da família na escola. Anos de pesquisa demonstram que o envolvimento dos pais na escola pode levar a benefícios positivos para crianças e jovens, como maior frequência escolar, desenvolvimento da personalidade e alta atitude acadêmica e aprimorada em relação à escola. Tais reuniões atingem seu potencial máximo e aumentam a qualidade da educação (JAVED; ENG; MUSHTAQ; HASHIM, 2012).

Calvo, Verdugo e Amor (2016) colocam que para haver uma escola inclusiva é necessário aumentar a participação de todos os membros da comunidade educacional, cada um contribuindo com o melhor de si, colaboração, compromisso, respeito, informação e treinamento. Hoje é papel da administração escolar tomar as medidas necessárias para que os pais dos alunos recebem atenção educacional, sendo essencial a comunicação fluida, que deve ocorrer por meio de caixa de correio de sugestões, agenda escolar, uso de *e-mail* ou plataformas **online**, reuniões, oficinas, teatros e atividades extracurriculares abertas para que os pais conheçam o progresso de seus filhos.

Tabela 4 – Opinião dos professores sobre como é a relação dos professores com pais de crianças com deficiência. Nessa relação os professores e a gestão escolar seriam responsáveis por:

Obs: Os participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

Estimular com perguntas os alunos e pais, para identificar redes de apoio e fontes de informação.	79,8%
---	-------

Solicitar informações centradas no aluno enfatizando o que ele sabe fazer	75,5%
Obter consentimento e a participação da família no planejamento de ações/atividades	73,6%
Evitar o uso de linguagem que retrate o aluno como vítima ou sofredor.	73,6%
Focalizar no que o aluno precisa para ser bem sucedido e o tipo de ajuda que a escola pode oferecer	71,7%
Reduzir a ênfase nos rótulos, que reforçam estereótipos e medos.	69,8%
Encorajar o aluno com deficiência a participar, dando informações sobre eles na presença deles aos pais.	66,6%
Outros	4,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Sobre a relação do professor com os pais, e sobre o papel da equipe escolar nesse quesito, várias respostas obtiveram destaque, o que sugere que a relação deve ocorrer de diversas formas, contudo a resposta mais citada foi de que os professores devem fazer perguntas aos pais e alunos para identificar a rede de apoio do aluno.

Os dados encontrados corroboram com a opinião de Tveit (2018) que coloca que pais e professores devem trocar informações e ouvir um ao outro e tentar entender os diferentes pontos de vistas, mas também devem estar abertos a mudar de seus pontos de vista se necessário, e dizer a verdade sobre o desempenho escolar do aluno. Ou seja, o resultado da comunicação, perguntas e informação de pais e professores depende de como os procedimentos de comunicação são praticados.

Tabela 5 – Opinião dos professores sobre quais ações as famílias das crianças com deficiência deveriam ter para fomentar a relação entre família e escola:

Obs: Os participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

Conhecer o planejamento da escola, as políticas de inclusão e as possíveis adaptações curriculares.	98,1%
Passar as informações adequadas e relevantes sobre o aluno	92,5%
Acompanhar notas e tarefas do aluno	69,8%
Procurar a escola através de bilhetes	28,3%

Outros	5,7%
--------	------

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 5 vemos qual seria a responsabilidade da família na relação do professor com os pais, e destacam-se as respostas de que a família deveria conhecer o planejamento da escola, as políticas de inclusão e as possíveis adaptações curriculares, e também outra responsabilidade da família seria de transmitir informações adequadas e relevantes sobre o aluno.

A reunião de pais e professores é importante para que os pais aprendam sobre o desenvolvimento de seus filhos na escola e para que os professores obtenham informações sobre a vida doméstica e comunitária dos alunos. Afinal, a perspectivas dos pais sobre as necessidades dos alunos, estilos de aprendizagem e oportunidades de aprendizado não escolar podem ajudar os professores a ajustar seus métodos de ensino (TVEIT, 2018).

As famílias geralmente não possuem um papel ativo na dinâmica educacional, E por isso para aumentar a participação da família, devem ser explicitamente planejadas atividades para esse fim, especificando claramente os possíveis tipos de participação e definir de forma definitiva qual papel as famílias devem desempenhar (CALVO; VERDUGO; AMOR, 2016).

Calvo, Verdugo e Amor (2016), propõe que a participação dos pais na escola pode ser de forma individual, através de participação em reuniões de pais, ou poderá ser de forma coletiva, com a participação na Associação de Pais e Mães, na formação dos professores, na participação em associações de bairros ou em atividades extracurriculares.

Tabela 6 – Opinião dos professores de como a escola poderia contribuir na formação crítica do aluno sobre a representação social da deficiência. Obs: Poderia ser assinalada mais de uma opção.

Na compreensão de seus direitos enquanto cidadão	92,5%
No desenvolvimento de habilidades que permitam ações na sociedade (mercado de trabalho, participação social, etc.)	90,6%
No desenvolvimento de ações inclusivas no espaço da escola	88,7%

Na tomada de consciência e aceitação do próprio aluno	71,7%
Outros	11,4%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 6, temos as opiniões dos participantes sobre como a escola poderia contribuir para a formação crítica do aluno e sobre como este pode lidar com a deficiência. As respostas mais citadas foram que a escola poderia contribuir no ensino de seus direitos enquanto cidadão, no desenvolvimento de habilidades que permitam ações na sociedade e no desenvolvimento de ações inclusivas.

Para o conhecimento dos direitos enquanto cidadãos podemos citar a Lei 5.296 de 2004 que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência. Segundo Silva e Domingos (2018), a norma é a participação das pessoas com deficiência na sociedade, através da promoção da igualdade de oportunidades no que respeita ao acesso à educação, à formação, ao emprego/trabalho, à aprendizagem ao longo da vida, aos serviços de apoio e ao direito ao lazer e à cultura. Como podemos ver “a Lei 5.296 de 2004 apela, ainda, à promoção da sociedade inclusiva, através da eliminação de barreiras arquitetônicas e comunicacionais e prescreve a adoção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência” (SILVA; DOMINGUES, 2018, p. 134). Para os autores, a principal dificuldade das pessoas com deficiência é conhecer os seus direitos, o que por si só já é um ato de exclusão.

Para manter uma sociedade inclusiva é necessário que as escolas divulguem as leis referentes as pessoas com deficiência, além de ensinar e praticar a inclusão, sendo assim as respostas dos professores nesta questão corroboram a visão dos autores citados acima sobre a importância dos direitos dos cidadãos.

Tais dados corroboram com pesquisa de Aragon, Costa e Cia (2019), que concluiu em um estudo com pais de alunos PAEE, que as famílias de crianças com deficiência devem ser informadas sobre seus direitos, assim como aprender a buscar formas assertivas de expressarem suas opiniões e garantir que seus direitos sejam cumpridos.

Na temática de quem é a responsabilidade da inclusão escolar, vemos as respostas na Tabela 7.

Tabela 7 – Opinião dos professores sobre de quem é a responsabilidade da inclusão escolar. Obs: Os participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

Família	98,1%
Equipe escolar, poder público além de outras opções como toda sociedade	98,1%
Gestão escolar	92,5%
Professor	90%
Comunidade	83%

Fonte: Elaborada pela autora.

As respostas dos professores para essa questão, destacam quase que totalmente que a responsabilidade é da família, da equipe escolar, da sociedade, da gestão escolar e do professor, com respostas que norteiam mais de 90% das opiniões e demonstram que todos os participantes assinalaram mais de uma opção nessa questão, inferindo-se que a responsabilidade sobre a inclusão escolar é de vários segmentos da sociedade ou de todos.

Esses dados corroboram com Amaral (2016) que diz “não existe educação de qualidade à pessoa com deficiência, ou sequer direito à educação, sem a participação da família e da sociedade” (AMARAL, 2016, p. 1). Ele também ressalta o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 2015) que pontua que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Tabela 8 – Opinião dos professores sobre o que as escolas deveriam fazer em termos de organização para melhor realizar o trabalho com os alunos público alvo da educação especial (PAEE – DI, DV, DF, DA, TGD e AH/SD). Obs: Os participantes poderiam assinalar mais de uma opção.

Buscar parcerias, auxílio interdisciplinar na sociedade que auxiliarão o desenvolvimento do aluno	94,3%
Usar tecnologia disponível via computador, caso o aluno não consiga ler e escrever.	83%
Realizar avaliação pedagógica junto com a família	75,5%

Planejar os cuidados dos alunos que necessitam de ajuda para locomoção até a escola	69,8%
Pedir laudo	50,9%
Não há critérios, matrícula é constitucional	22,6%
Outros	13,3%

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 8, vemos o que as escolas poderiam fazer em termos de organização para melhorar o trabalho com os alunos PAEE. Na visão dos professores, o que elas poderiam fazer é buscar parcerias, realizar avaliação pedagógica juntamente com a família e utilizar da tecnologia disponível para facilitar o aprendizado. Aqui se rompe com o discurso sobre as reuniões e se apresenta a avaliação pedagógica juntamente com a família, o que pode ser mais uma ação na aproximação na relação da família e escola.

Sobre a busca de parcerias, podemos mencionar que é papel da escola em seu projeto educativo, unir-se a outros parceiros, de modo a construir uma rede de interação pois é nesse sentido que a escola intervém na comunidade e a comunidade se co-responsabiliza no processo educativo (MARTINS, 2009).

Tabela 9 – Opinião dos professores sobre quais ações ou decisões devem ser compartilhadas com a família. Obs: Poderiam ser assinaladas mais de uma opção.

Realizar contato com ambos os pais, compreendendo seu contexto e suas expectativas em relação a escola.	86,8%
Discutir com os pais parcerias e sua participação em diversas atividades.	84,9%
Esclarecer a todos os pais quais são os direitos dos alunos com deficiência.	83%
Informar como a escola funciona e como serão realizadas as avaliações do aluno.	83%
Realizar reuniões com todos os pais juntamente (pais de alunos com deficiência juntamente com pais de outros alunos).	77,4%
Apresentar o planejamento do ano letivo.	75,5%
Identificar qual a opinião dos pais sobre o aluno ou a situação do aluno.	73,6%

Informar sobre a importância das tarefas de casa como reforço das tarefas aprendidas na escola.	71,7%
Realizar reuniões a parte com os pais dos alunos com deficiência.	45,3
Selecionar um dos pais (pai, mãe ou responsável) para ser o mediador da relação com a escola.	22,6%
Esclarecer que as reuniões a parte são necessárias para tratar de situações específicas.	2,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Tabela 9 vemos as respostas sobre quais ações a escola deveria compartilhar com as famílias, e encontramos uma variedade de respostas altamente citadas pelos professores como: esclarecer aos pais quais são os direitos dos alunos com deficiência, realizar reuniões com todos os pais conjuntamente, discutir com os pais parcerias e sua participação, informar sobre a importância das tarefas de casa, apresentar o planejamento escolar e apresentar como a escola funciona e como são realizadas as avaliações, conhecer a opinião dos pais sobre a situação do aluno, identificar as expectativas dos pais em relação a escola.

Novamente surge a questão das parcerias e neste tópico pensamos que a parceria pode ser da escola com a comunidade, da escola com a família, da escola com a sociedade (instituições sociais, culturais e recreativas), e que estas tornam possível transformar a educação em um espaço de diálogo, participação e consenso (MARTINS, 2009).

Na questão aberta, os participantes puderem escrever livremente sobre outros aspectos que não foram trabalhados no curso ou nas questões fechadas do instrumento de coleta de dados sobre a relação Família e Escola. A Figura 1 representa as respostas:

Figura 1 - Nuvem de Palavras sobre os comentários gerais dos cursistas



Fonte: Iramuteq.

Nesta questão aberta em que foi realizada uma análise de dados textuais pelo IRAMUTEQ, através da Nuvem de Palavras podemos verificar que as palavras mais evocadas pelos professores foram: “família”, “aluno”, “escola”, “deficiência”, “relação”, “abordar”, “escolar”, “importante”, “curso”, “questionário”. Não foi citada a palavra “reunião”. Sendo assim, podemos inferir que os professores descreveram suas opiniões sobre: os alunos, a escola, as famílias, a deficiência; e, também suas opiniões sobre o curso de formação continuada e o instrumento de coleta de dados apresentado.

Através da figura pode-se inferir interligações entre as palavras, ficando claro a importância da participação de todos na escola, o que o corrobora com estudo de Calvo, Verdugo e Amor (2016) ao reforçarem que para formar cidadãos do século XXI, autônomos e responsáveis que trabalham para alcançar uma sociedade mais justa e inclusiva, o papel das famílias deve passar do exercício de uma função de cliente para uma função de pessoas envolvidas em projetar uma escola para todos e que seja a escola que eles sonham e desejam para seus filhos. Uma escola na qual todos os profissionais, famílias e comunidade, juntamente com os alunos, colaboram em sua organização, gerenciamento e desenvolvimento. O envolvimento dos pais também depende das escolas, pois para que se sintam parte do processo educacional, as escolas devem incentivar esta participação.

Na última questão, os cursistas puderam avaliar a aplicabilidade dos conteúdos estudados no curso em forma de escala. Considerando 1 - Muito Fraco / 2 - Fraco / 3- Regular / 4 – Bom / 5-Muito Bom

Nesta resposta, 55,6% dos cursistas avaliaram o curso como “Muito Bom”, 42,5% avaliaram como “Bom” e 1,9% dos respondentes avaliaram o curso como “Regular”. Não houve responder para “Fraco” ou “Muito Fraco”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento ao término deste estudo, podemos voltar aos objetivos iniciais que eram de: identificar a opinião dos professores sobre a relação família e escola após o curso de formação continuada, podemos dizer que os objetivos propostos foram alcançados e estas opiniões foram identificadas e analisadas. Contudo este estudo apresenta limitações metodológicas e de questionário estruturado, limitando as argumentações das opiniões dos participantes.

A atualização do software e da escolha de algumas funções do software que foram a Nuvem de Palavras e a Classificação Hierárquica Descendente, pode também apresentar limitações, pois talvez na escolha de outro software poderíamos obter diferentes resultados para a questão aberta. Contudo, foi muito valioso o aprendizado e as contribuições do software para este estudo.

A partir destes estudos nota-se a necessidade de outras pesquisas na área abordando a relação família e escola, não somente na visão dos professores, mas também na visão dos pais, da comunidade, de toda equipe escolar e até mesmo dos alunos, além de propostas de intervenção, pois com certeza em algum contexto deve haver experiências positivas nesta relação entre família e escola que possam trazer resultados para melhoria efetiva nessa relação de suma importância no contexto escolar inclusivo.

CONCLUSÃO

Sem dúvida esta dissertação me proporcionou amplo aprendizado sobre o contexto inclusivo, sobre a história da deficiência intelectual, sobre a legislação que tange a relação entre família e escola e seus desdobramentos na prática. Os dois estudos encontraram resultados parecidos sobre a reunião de pais quanto elemento fundamental para a relação das famílias com as escolas. Contudo no segundo estudo, os professores ampliaram um pouco mais seu discurso, conseqüentemente este momento foi após a conclusão do curso de formação continuada, onde aprenderam mais sobre o contexto inclusivo e sobre a relação entre pais e escola. Nesse segundo estudo, observamos que a visão dos professores foi além das reuniões, considerando os papéis de cada instituição e visualizando novas parcerias que pudessem agregar nesta relação.

6. REFERÊNCIAS

- AIELLO, A. L. R. Família inclusiva. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. Educação Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- ALBUQUERQUE, J. A.; AQUINO, F. S. B. Psicologia Escolar e Relação Família Escola: um levantamento da literatura. **Psico-USF**, Bragança Paulista, SP, v. 23, n. 2, p. 307-318, abr-jun, 2018.
- ALMEIDA, M. A. O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema de suporte/apoio In: ALMEIDA, M. A. (Org.). **Deficiência intelectual: realidade e ação**. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. São Paulo: SE, 2012. p. 51-63. Disponível em: <<http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- ALMEIDA, M.A. Apresentação e Análise das Definições de Deficiência Mental propostas pela AAMR – Associação Americana de Retardo Mental de 1908 a 2002. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, n. 16, p. 33-48, 2004.
- ALMEIDA FILHO, N. de; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- AMARAL, C. E. R. Educação inclusiva é responsabilidade de todos nós. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, v. 21, n. 4847, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49224>. Acesso em: 31 dez. 2019.
- ANJOS, A. G. **Formação continuada de professores em altas habilidades/superdotação: uma dissonância entre contextos**. 2018. 164f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2018.
- ARAGON, C. A.; COSTA, C. S. L.; CIA, F. Habilidades sociais e empoderamento de pais de crianças pré-escolares do público-alvo da educação especial. **Revista de Educação Especial**, v. 32. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- ARANTES-BRERO, D. R. et al. Família e gestão democrática no contexto de uma educação especial inclusiva. **InFor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 102-118, 2019. ISSN 2525-3476.
- BRASIL, Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 3 dez. 2004.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 jul. 2015.

BORGES, L. **Relação Família e Escola**: programa para profissionais pré-escolares de alunos público alvo da educação especial. 201f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

BORGES, L.; GUALDA, D. S.; CIA, F. O papel do professor na relação com as famílias de crianças pré-escolares incluídas. **In: VII Encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial** - Londrina, PR, novembro, 2011.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**: Um Desafio ao aconselhamento. 5^a ed. Rio de Janeiro: Record. 2006.

CALVO, M. I.; VERDUGO, M. A.; AMOR, A. M. La participación familiar es un requisito imprescindible para una escuela inclusiva. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, v. 10, n. 1, p. 99-113, 2016.

CAMARAGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. 2013. – ANÁLISE DE DADOS – IRAMUTEQ.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para terapia familiar. 2º ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CHRISTOVAM, A. C. C.; CIA, F. Comportamentos de pais e professores para promoção da relação família escola de pré-escolares incluídos. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 54, p. 133-146, jan./abr. 2016. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 03 mar. 2019.

DUDZIAK, E. A. **Gestão de dados de pesquisa: o que precisamos saber hoje!**2018. Disponível em: <<https://www.sibi.usp.br/?p=17574>> Acesso em: 25 jan. 2018.

FEVORINI, L. B. **O envolvimento dos pais na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório**. 2009. 178 p. Tese (Doutorado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GALLEGOS, M. M. Las familias de estudiantes con discapacidad en la escuela, sus necesidades y demandas. Caso Ecuador. **Alteridad Revista de Educación**, v. 12, n. 1, 2017.

GODOY, S. A. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, 1995.

GOITEIN, P. C.; CIA, F. Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)** Maringá, v. 15, n. 1, p. 43-51, jun. 2011.

HOLLERWEGER, S.; CATARINA, M. B. S. A importância da família na aprendizagem da criança especial. **REI – Revista Educação do Ideau**. v.9, n.19, junho, 2014.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios até o início século XXI, **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n.124, São Paulo, jan-abr. 2005.

JAVED, M.; ENG, L. S.; MUSHTAQ, I., HASHIM, N. H. Analysis of the role of parent-teacher meeting in enhancing the quality of education at school level. **Language In India**, v. 12, n. 5. 2012. Acesso em: <https://linkgale.ez87.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A290418492/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=f6a0dc2b> Acesso em 02 jan 2020.

KAMI, M. T. M.; LAROCCHA, L. M.; CHAVES, M. M. N.; LOWEN, I. M. V.; SOUZA, V. M. P.; GOTO, D. Y. N. Trabalho no consultório na rua: uso do software IRAMUTEQ no apoio à pesquisa qualitativa. **Escola Anna Nery** n. 20 v.3 jul-set, 2016.

MARINS, D. G.; CIA, F. O envolvimento entre família-escola de pré-escolares com deficiência, dificuldades escolares e desenvolvimento típico. *Revista Ibero Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n.esp.1, p. 883-889, abr-2019.

MARTINS, E. C. Rompendo fronteiras: a escola aberta a parcerias e a territorialização educativa. **Educação UNISINOS**, v. 13, n. 1, p. 63-75, jan-abr, 2009.

MELCHIORI, L. E.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PEREZ, M. C. A. Família e Escola. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs) **Educação Inclusiva: Fundamentos Históricos, Conceituais e Legais**, v. 2, p. 161-193, 2012.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, J.E. (Org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MILL, D.; DIAS-TRINDADE, S.; VIEIRA, A. M. D. P. Educação a distância: ensino aprendizagem e inclusão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, 2019.

MIRANDA, A. A. B. História, Deficiência e Educação Especial. **Revista HISTEDBR On line**, Campinas, 2004.

MUTA, J.; CAMPOS, J.; MELO, E. O aluno público alvo da educação especial no ensino médio: as relações entre família e escola. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**. v. 20, p. 49-69, 2016. DOI: 10.22633/rpge.v20.n1.2016.9392

NEME, M. C. B. A Ética, o professor e a educação inclusiva. In: CAPELLINI V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (orgs) **Educação Inclusiva: Fundamentos Históricos, Conceituais e Legais**, v. 2 p. 88-121, 2012.

OLIVEIRA, R. K.; NOGUEIRA, M. O.; ARAÚJO, R. M. B.; Relação família – escola e políticas públicas no Brasil e em Portugal: um estudo da regulamentação da participação parental na gestão escolar. **Periódico Horizontes** – USF – Itatiba, SP-Brasil. 2019.

DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v37i0.639>

OMOTE, S. Normalização, Integração, Inclusão...**Ponto de Vista**, v. 1, n.1, p. 4-13, jul-dez, 1999.

PALÁCIOS, J. Mudança e desenvolvimento durante a idade adulta e a velhice. In C. Coll., A. Marchesi., J. Palácios. (Eds.), **Desenvolvimento psicológico e educação - Psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PANIAGUA, G. A família de crianças com necessidades educativas especiais. In A. M. C. Souza (Ed.). **A criança especial: temas médicos, educativos e sociais**. São Paulo: Roca, 2003.

PEREZ, M. C. A. Família e escola na contemporaneidade: fenômeno social. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, v. 4, n. 3, p. 372-387, 2009.

RATINAUD, P. **IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**, 2009. Disponível em <http://www.iramuteq.org>

RIOS, M. G.; GOMES, I. S. Um estudo de *follow-up* em psicoterapia psicanalítica de casais. **Paideia**, v. 21 n.48, p. 101-109, 2011.

RODRIGUES, O. M. P. R.; LEITE, L. P. Deficiência Intelectual: conceitos e definições. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (Orgs.) **Educação Inclusiva: Fundamentos Históricos, Conceituais e Legais**, v. 2, p. 67-87, 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v.1, n.1, 2009.

SARAIVA-JUNGES, L. A.; WAGNER, A. Os estudos sobre relação Família-escola no Brasil: uma revisão sistemática. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, p. 114-124, 2016. Acesso em 10 mar.2019. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84850103013>.

SANTOS, E. R. L.; SANTOS, F. B.; OLIVIERIA, T. C. B. C. Papel dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais. **Revista Discentis**, 2ª ed, Julho, 2013.

SANTOS, L. R; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, n. 1, v.1, p. 122-134, 2014.

SERRA, D. Autismo, Família e Inclusão. **POLÊMICA Revista Eletrônica**, v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março 2010.

SILVA, A. M.; CABRAL, L. S. A.; MARTINS, M. F. A. Abordagem relacional entre família e escola inclusiva sob as perspectivas de professores. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v.7, n.19, p.191-205, 2016.

SILVA, A. M. **Educação Especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos**. Editora IBPEX, Curitiba- PR, 2010.

SILVA, H. D. C. L.; DOMINGOS, B. Não sou deficiente: sou uma pessoa com deficiência. Uma ontologia dos direitos. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 21, n. 8, p. 126-140, set-dez. 2018.

TVEIT, A. D. Construção das realizações escolares dos alunos e planos futuros nas reuniões entre pais e professores. **Interchange**, v.49, n.2, p. 231-246, 2018.

Disponível em: <https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10780-018-9324-7> Acesso em: 02 jan. 2020.

ANEXO 1 – Questionário elaborado pela autora

Atualmente sua formação é:

- ☐ Graduação Completa
- ☐ Pós Graduação/Especialização Completa
- ☐ Pós Graduação/Especialização em Curso
- ☐ Pós Graduação/Mestrado/Doutorado Completo
- ☐ Pós Graduação/Mestrado/Doutorado em Curso
- ☐ Outro: _____

Qual o nome do Curso acima? _____

Atualmente seu vínculo empregatício é:

- ☐ Especialista em DI na rede pública de ensino.
- ☐ Professor Regular na rede publica de ensino
- ☐ Professor em mais de uma escola (jornada dupla)
- ☐ Na área de Gestão Escolar e/ou secretária de Educação
- ☐ Outro: _____

Qual sua idade? _____

1. De acordo com o conteúdo estudado no curso, em relação aos alunos com DI, e sobre como deve ser a comunicação na relação família e escola, você acredita que esta deve: (Pode assinalar mais de uma opção).

- ☐ Ocorrer através de diversas reuniões ao longo do anos, todas previamente agendadas
- ☐ Ocorrer somente quando os pais procuram a escola
- ☐ Os professores ou coordenação devem procurar os pais somente quando houver uma situação imprevista
- ☐ Solicitar agendamento mediante solicitação ou aviso (agenda/app).
- ☐ Outro: _____

2. Como você acredita que pode ser a relação do professor com os pais de alunos com deficiência. A equipe escolar/professor seria responsável por: (Pode assinalar mais de uma opção).

- ☐ Obter o consentimento e a participação da família no planejamento de ações/atividades a serem desenvolvidas,
- ☐ Solicitar informações centradas no aluno, enfatizando o que ele sabe fazer.
- ☐ Evitar o uso de linguagem que retrate o aluno como vítima ou sofredor;
- ☐ Reduzir a ênfase nos rótulos, que reforçam estereótipos e medos;
- ☐ Focalizar no que o aluno precisa para ser bem sucedido e no tipo de ajuda que a escola pode oferecer
- ☐ Encorajar o aluno com deficiência a participar, dando informações sobre eles aos pais na presença deles
- ☐ Estimular com perguntas os alunos e pais, para identificar redes de apoio e fontes

de informações.

() Outro: _____

3. Como você acredita que pode ser a relação do professor com os pais de alunos com deficiência . A família seria responsável por: (Pode assinalar mais de uma opção).

() Passar as informações adequadas e relevantes sobre o aluno

() Procurar a escola através de bilhetes

() Acompanhar notas e tarefas do aluno

() Conhecer o planejamento da escola, as políticas de inclusão e as possíveis adaptações curriculares

() Outro: _____

4. Como a escola pode contribuir na formação crítica do aluno sobre a representação social da deficiência? (Pode assinalar mais de uma opção).

() Na compreensão dos seus direitos enquanto cidadão;

() Na tomada de consciência e a aceitação do próprio aluno

() No desenvolvimento de habilidades que permitam ações na sociedade (mercado de trabalho, participação social, etc)

() No desenvolvimento de ações inclusivas no espaço da escola

() Outro: _____

5. A inclusão escolar é responsabilidade do/a: (Pode assinalar mais de uma opção).

() Professor

() Família

() Gestão Escolar

() Comunidade

() Equipe Escolar

() Poder Público

() Outro: _____

6. Na sua opinião o que as escolas deveriam fazer em termos de organização para melhor realizar o trabalho com os alunos PAEE (Público Alvo da Educação Especial - DI/DF/DV/DA/TGD/AH-SD)? (Pode assinalar mais de uma opção).

() Pedir laudo

() Não há critérios/matricula é constitucional

() Realizar avaliação pedagógica junto com a família

() Buscar parcerias, auxílio interdisciplinar, na sociedade que auxiliarão o desenvolvimento do aluno

() Utilizar tecnologia disponível via computador, caso o aluno não consiga ler e escrever

() Planejar os cuidados dos alunos que necessitam de ajuda para locomoção até a escola

() Outro: _____

7. Na sua opinião quais ações e/ou decisões da escola devem ser compartilhadas com a família? (Pode escolher mais de uma opção)

- ☐ Realizar contato com ambos os pais compreendendo seu contexto e suas expectativas em relação a escola
- ☐ Identificar qual a opinião dos pais sobre o aluno ou a situação do aluno
- ☐ Selecionar um dos pais (pai, mãe ou responsável) para ser o mediador da relação com a escola
- ☐ Informar como a escola funciona e como serão realizadas as avaliações do aluno
- ☐ Apresentar o planejamento do ano letivo
- ☐ Discutir com os pais parcerias e sua participação em diversas atividades
- ☐ Informar sobre a importância das tarefas de casa como reforço das tarefas aprendidas na escola
- ☐ Realizar reuniões a parte com os pais dos alunos com deficiência
- ☐ Realizar reuniões com todos os pais juntamente (pais de alunos com deficiência juntamente com pais dos outros alunos)
- ☐ Informar as crianças sobre as capacidades do colega com deficiência.
- ☐ Esclarecer a todos os pais quais são os direitos dos alunos com deficiência
- ☐ Outro: _____

8. Questão Aberta - Gostaríamos de pedir a gentileza de nos informar, sobre outros aspectos que não foram trabalhados no curso ou neste questionário sobre a relação Família e Escola

**9. Escala para avaliar a aplicabilidade dos conteúdos estudados no curso.
Considerando 1 -Muito Fraco/ 2 - Fraco /3- Regular /4 - Bom/ 5-Muito Bom**

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()